

Nº 65
ISSN 2316-7408
dezembro . 2015
www.tce.se.gov.br

TCE/SE

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

RELATORIO GESTÃO 2014/2015-01



TCE DISPONIBILIZA EM RELATÓRIO TODAS AS SUAS ATIVIDADES DE UM ANO E MEIO

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) disponibiliza o seu relatório de atividades referente ao biênio 2014/2015, com dados que vão até 30 de setembro. Como um Órgão que preza pela regularidade e transparência, o TCE não poderia deixar de compartilhar os dados disponíveis com toda a sociedade, como é determinado pela sua Lei Orgânica.

Este relatório é um balanço destes últimos dois anos de gestão, nele estão em evidência informações de todas as diretorias que compõem o TCE/SE. No excerto direcionado à Diretoria de Comunicação e Mídia (DICOM) pode-se encontrar detalhes sobre todas as publicações jornalísticas do Tribunal, incluindo esta revista. Além disso, os leitores terão em mãos os dados referentes aos acessos ao site, interação nas mídias sociais e ouvintes da Radio Web.

A Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços (DICEOS) detalhou em seu relatório as suas atividades de inspeções em obras e serviços de engenharia e auditoria operacional, por exemplo. Também evidenciou o monitoramento a 24 Termos de Ajustamento de Gestão (TAG).

A Diretoria de Modernização e Tecnologia (DMT) disponibilizou informações sobre parcerias com outros órgãos, investimentos em tecnologia e incorporação de novos servidores concursados ao seu quadro.

Todas despesas realizadas pelo TCE durante o período descrito estão presentes no trecho sob responsabilidade da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF), isto inclui despesas com pessoal e encargos, custeio e investimentos. Além disso, colocou à disposição todas as medidas administrativas, incluindo nomeação de concursados e aposentadorias.

Durante os últimos dois anos a Diretoria Técnica (DITEC) firmou parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), modernizou suas ferramentas de geração de relatórios e reuniu-se com as Coordenadorias de Controle e Inspeção, resultando em um aumento de 80 % nos julgamentos das prestações de contas anuais.

A seguir, confira com mais detalhamento todo o relatório de atividades do TCE dos últimos dois anos.

ACÁCIA DE FÁTIMA TRINDADE SANTOS DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS



A gestão do presidente do TCE, Carlos Pinna, está sendo marcada pela criação da diretoria de Comunicação e Mídias, comandada desde fevereiro de 2014 pela jornalista Acácia Trindade. A

iniciativa visa dar uma transparência maior nas ações do Tribunal de Contas do Estado e facilitar o acesso das notícias a população.

A partir de março de 2014 começou a ser publicado um boletim interno com as principais notícias produzidas no mês e também com matérias especiais. No segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015 foram confeccionadas a Revista do TCE, sobretudo, para o público externo.

Desde janeiro de 2015, o TCE/SE conta quinzenalmente com uma coluna nos quatro principais jornais impresso do Estado: Jornal da Cidade, Correio de Sergipe, Cinform e Jornal do Dia.

No site do Tribunal de Contas do Estado (<http://www.tce.se.gov.br>), o cidadão pode conferir diariamente as matérias produzidas pela equipe de Comunicação com a cobertura das sessões das Câmaras, do Pleno e das ações dos conselheiros.

A atual gestão conta também com a inserção do TCE nas mídias sociais para alcançar o público crescente de internautas. São mais de 530 mil somente em Sergipe, de acordo com o Facebook

Ads. Para isso, foi criada a página do TCE no Facebook: <https://www.facebook.com/tcesergipe> em fevereiro de 2014. Lá, o internauta tem acesso imediato aos links das notícias postadas no site, notas curtas e muito mais. Foi criada também a conta no Instagram: www.instagram.com/tcese.

Além do Facebook, o Tribunal de Contas já contava

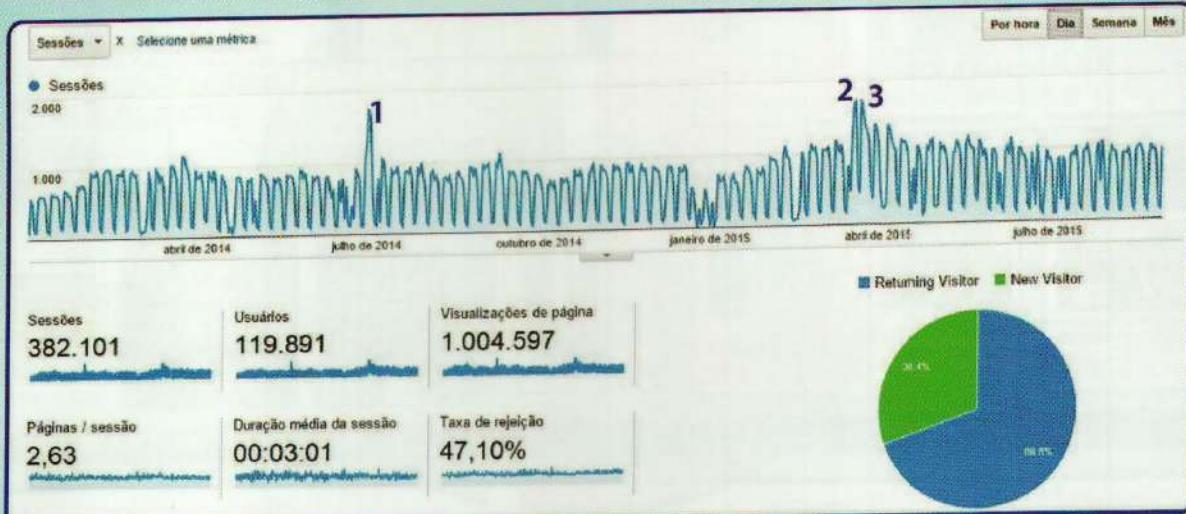
com outra rede social: o twitter, com o endereço: www.twitter.com/tcese. Houve mudanças no layout de apresentação.

Além das redes sociais, o TCE conta com uma radio online (<http://www.tce.se.gov.br/radiowebtce>), cuja programação 24 horas é marcada por programas como "Resumo da 1^a Câmara", "Resumo da 2^a Câmara" e "Resumo

do Pleno".

A comunicação do Tribunal de Contas alcança ainda os telespectadores através do Programa "TCE/SE na TV", que vai ao ar na Aperipê TV, às 11h30min, e na TV Alese, às 18 horas, sempre às sextas-feiras.

ESTATÍSTICAS DE ACESSO DO SITE



*Fonte: Google Analytics

1 - 2 DE JULHO 2014 (1.764 ACESSOS)

Mais 21 concursados são convocados para preencher cargos permanentes no TCE

2 - 20 DE MARÇO 2015 (1.724 ACESSOS)

TCE realiza inspeção ordinária na Secretaria de Estado da Educação

3 - 23 DE MARÇO DE 2015 (1.723 ACESSOS)

Ecojan promove curso de atualização sobre o regime legal do Tribunal de Contas

MÍDIAS VIRTUAIS

+119.000
ACESSOS

1.255
CURTIDORES

2.734
SEGUIDORES

70.000
OUVINTES

87
PROGRAMAS



IMPRESSOS



ANTÔNIO ÁLVARO DE CARVALHO DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS



Durante o período, a DCEOS, através das Coordenadorias de Engenharia e de Auditoria Operacional, analisou 437 processos/protocolos, com acompanhamento 24 (vinte e quatro) Termos de Ajustamento de Gestão – TAG, e 6 (seis) auditorias especiais.

Destacamos como importante e inovador o início de acompanhamento e fiscalização de obras em tempo real, o que tem sido um grande desafio, pois foi preciso elaborar rotinas de procedimentos, as quais levaram a uma maior integração com as Coordenadorias vinculadas aos Conselheiros. Para tornar ágil os procedimentos e melhorar a eficiência das decisões, classificou-se as obras em 4

(quatro) categorias a saber: Obras paralisadas, obras com irregularidades sanáveis, obras com irregularidades insanáveis e, por fim, obras concluídas. De acordo com a classificação obedecerão a uma rotina específica, sempre com a decisão do Conselheiro Relator.

Outra ação de grande repercussão externa ao Tribunal, foi a implantação dos Termos de Ajuste de Gestão – TAG, a qual já se pode concluir com grande experiência positiva.

Por fim, a Presidência desta Corte de Contas aprovou, juntamente com Orgãos Superiores do Tribunal, a implantação do Panorama de Indicadores Municipais-PIM, o qual será publicado quadrimensalmente e disponibilizado no Portal do Tribunal, sendo incorporado como atividade permanente da Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços, através da Coordenadoria de Auditoria Operacional.

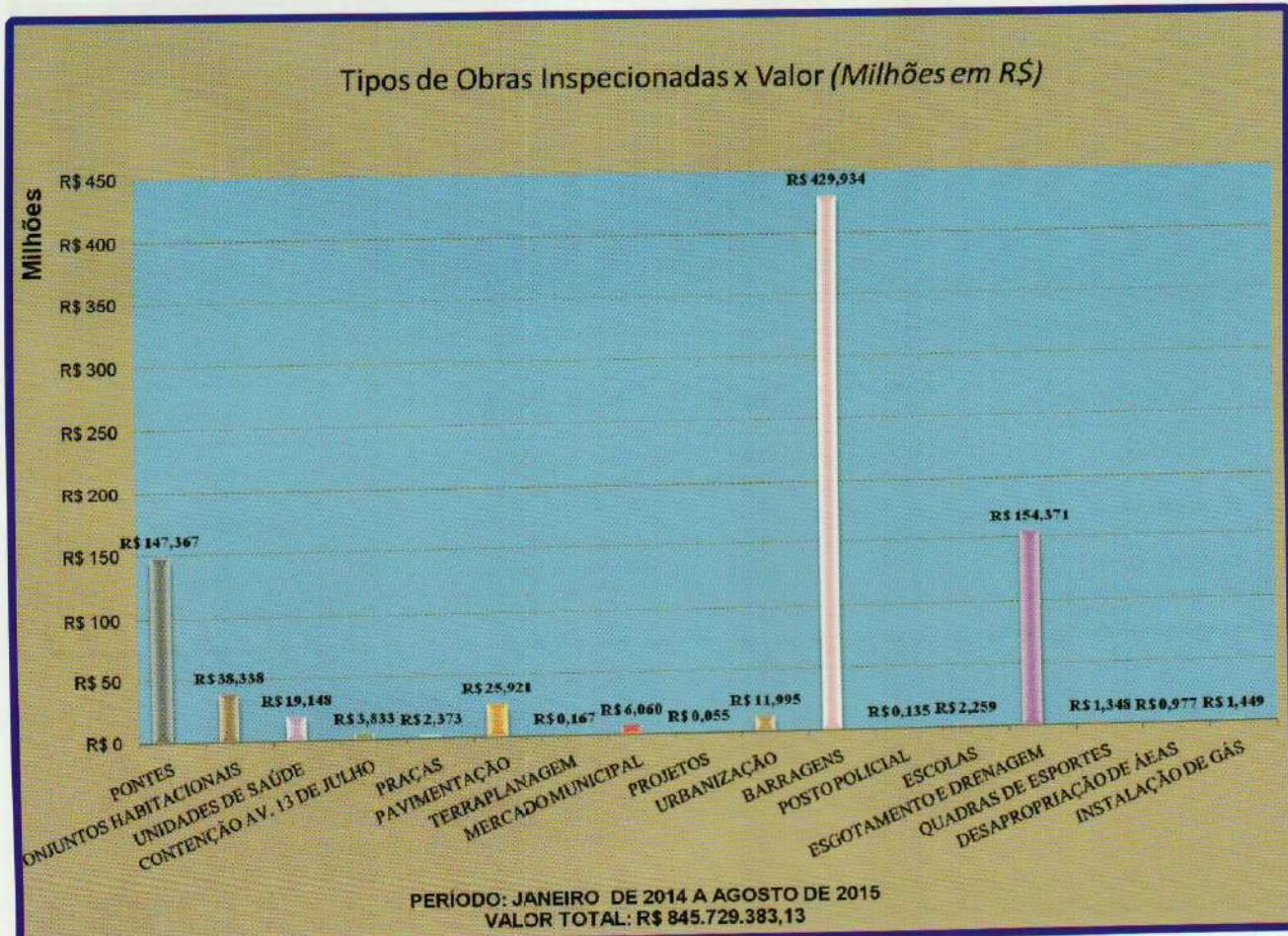
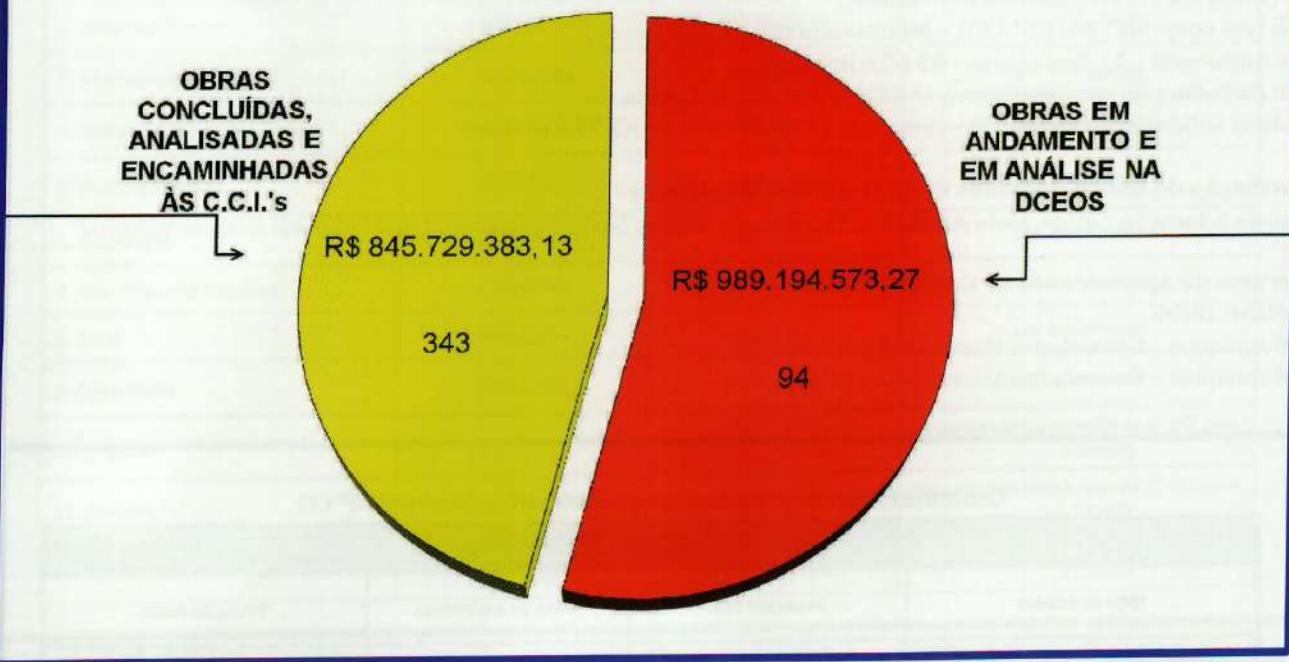
Este conjunto de Ferramentas será de grande valia, para o Gestor Municipal, que poderá elaborar Programas de Governo centrados em dados concretos da sua comunidade.

Será também de grande importância para esta Casa, na avaliação das políticas públicas desenvolvidas nos municípios.

A seguir, apresentamos gráficos e demonstrativos da Diretoria.

OBRAS ANALISADAS
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS.
PERÍODO DE JANEIRO DE 2014 A AGOSTO DE 2015.

VALOR TOTAL: R\$ 1.834.923.956,40
QUANTIDADE: 437



1) Estruturação e Implantação da Coordenadoria de Auditoria Operacional:

- Formação da equipe de trabalho
- Implantação de Metodologia de Trabalho para Resultados

2) Auditorias Operacionais Realizadas e em Andamento

- Festividades Carnavalescas e Juninas
- ISES (ONG) – 11 Prefeituras – R\$ 60 milhões
- HUSE (em conjunto com a 6ª CCI) – Monitoramento de TAG
- Este Ambiente – 11 Prefeituras - R\$ 68,6 milhões
- Porto da Folha (em conjunto com a 1ª CCI) – Tomada de Contas
- Resíduos Sólidos – 7 Prefeituras - contratos em andamento – R\$ 53,7 milhões

3) Formação de Banco de Dados de Indicadores Municipais

- Áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Dados Sócio-Econômicos dos 75 municípios sergipanos

4) Termos de Ajustamento de Gestão - TAGs

- 24 MUNICÍPIOS
- 12 Municípios – Conselheira Maria Angélica – 6ª CCI
- 12 Municípios – Conselheira Susana – 1ª CCI

Conselheira Relatora Maria Angélica Guimarães Marinho - 6ª CCI

Municípios/Etapas*			
TAGs assinados	Processo TCE	Data de Assinatura	Situação Atual
1. Boquim	2014/2093	14/10/2014	CONCLUÍDO
2. Salgado	2014/2147	29/10/2014	CONCLUÍDO
3. Pedra Mole	2014/2218	03/11/2014	CONCLUÍDO
4. Pinhão	2014/2241	14/11/2014	CONCLUÍDO
5. Macambira	2014/2349	01/12/2014	CONCLUÍDO
6. São Domingos	2014/2096	13/10/2014	Em andamento
7. Tomar do Geru	2014/2347	16/12/2014	Em andamento
8. Simão Dias	2014/2348	17/12/2014	Em andamento
9. Riachão do Dantas	2015/0003	19/12/2014	Em andamento
10. Pedrinhas	2014/2390	25/08/2015	Em andamento
11. Itabaianinha	2015/0337	01/09/2015	Em andamento
12. Tobias Barreto	2015/0202	22/09/2015	Em andamento

Conselheira Relatora Susana Maria Fontes Azevedo Freitas - 1ª CCI

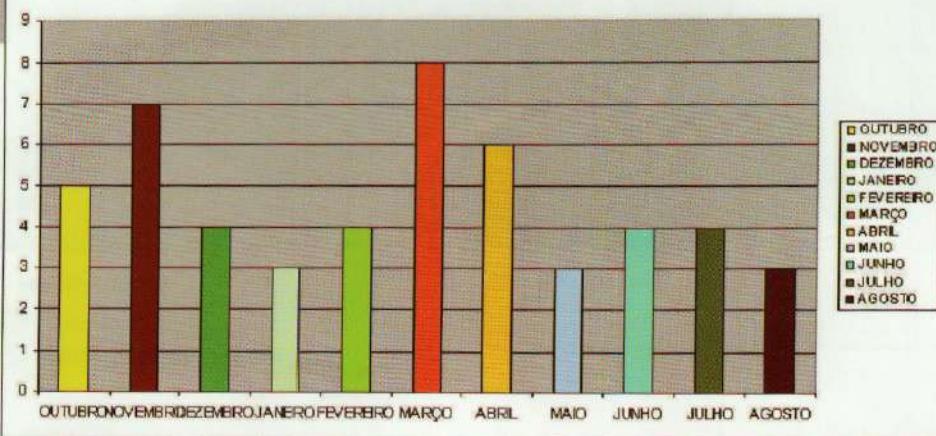
Municípios/Etapas*			
TAGs assinados	Processo TCE	Data de Assinatura / Homologação	Situação Atual
1. Divina Pastora	2014/2449	28/05/2015	Em andamento
2. Graccho Cardoso	2014/2450	29/05/2015	Em andamento
3. Malhada dos Bois	2014/2448	30/05/2015	Em andamento
4. Nossa Senhora das Dores	2014/2454	31/05/2015	Em andamento
5. Porto da folha	2014/2446	01/06/2015	Em andamento
6. Riachuelo	2014/2453	02/06/2015	Em andamento
7. São Miguel do Aleixo	2014/2447	03/06/2015	Em andamento
8. Siriri	2014/2455	04/06/2015	Em andamento
9. Feira Nova	2014/2452	05/06/2015	Em andamento
10. Capela			Aguardando tramitação da 1ª CCI para a DCEOS
11. Garuru			Aguardando tramitação da 1ª CCI para a DCEOS
12. Laranjeiras			Aguardando tramitação da 1ª CCI para a DCEOS

5) Inspeções Mensais relativas à Auditoria Operacional

AUDITORIA OPERACIONAL - INSPEÇÕES (2014/2015)

2014			2015										TOTAL
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO			
5	7	4	3	4	8	6	3	4	4	4	3	51	

AUDITORIA OPERACIONAL - INSPEÇÕES - 2014/2015



DCEOS

Royalties

São Transferências da União Federal que expressam as receitas dos Entes Federativos em virtude da exploração do petróleo, gás e recursos minerais em seus territórios, são consideradas receitas próprias (originárias) e por isso sua aplicação é fiscalizada pelos Tribunais de Contas Estaduais.

O planejamento para utilização desses recursos deve estar contemplado no Orçamento Geral de cada Município, com objetivo de proporcionar melhorias em áreas prioritárias como educação e saúde, sendo vedada o pagamento de pessoal efetivo e dívidas. Mudanças recentes na legislação (Lei 12.858/2013) apontam a destinação específica para essas áreas nos novos contratos.

Base Legal:

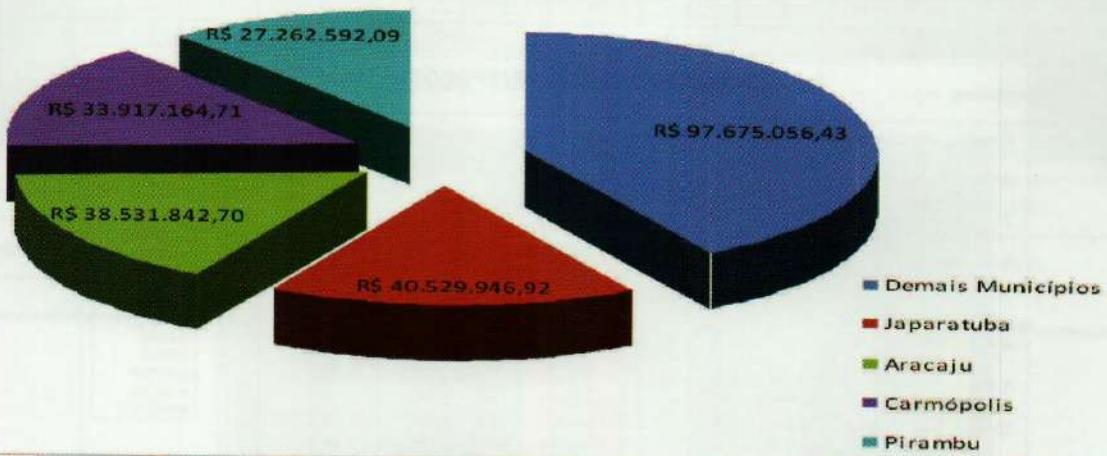
Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural

Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48 - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural

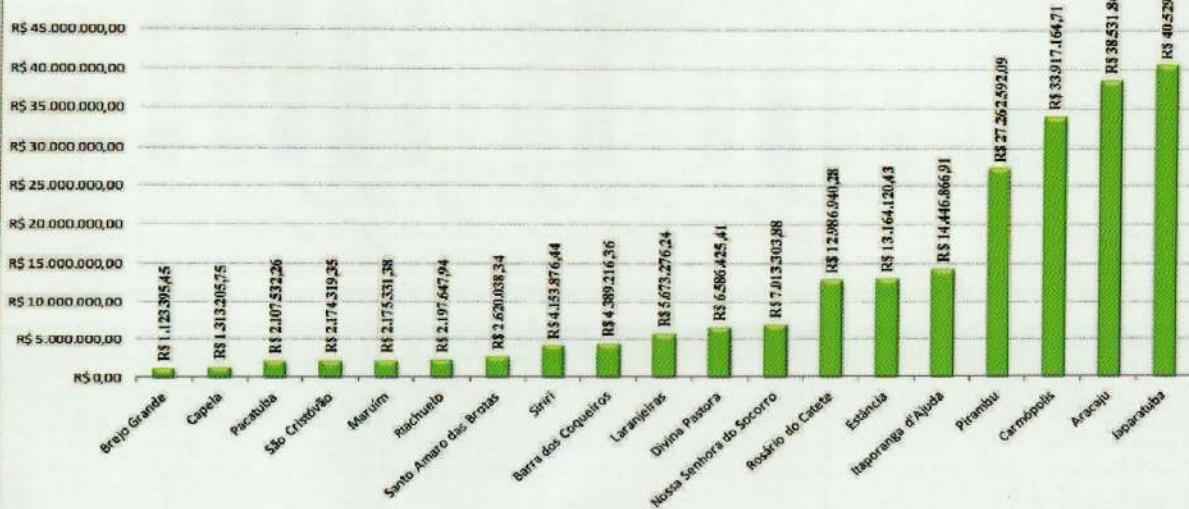
Lei nº 9.478, de 1997 - Art.50 - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural

Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

TRANSFERÊNCIAS DE ROYALTIES E CTEM MUNICÍPIOS DE SERGIPE - 2014 VALOR TOTAL R\$ 237.916.602,85



TRANSFERÊNCIAS DE ROYALTIES E CTEM EM SERGIPE - 2014
Municípios que receberam mais de R\$ 1.000.000,00



Fonte: Portal da Transparência - CGU

Crianças Fora da Escola

Conceito

Crianças que não frequentam a escola com idade de 4 a 17 anos

Interpretação:

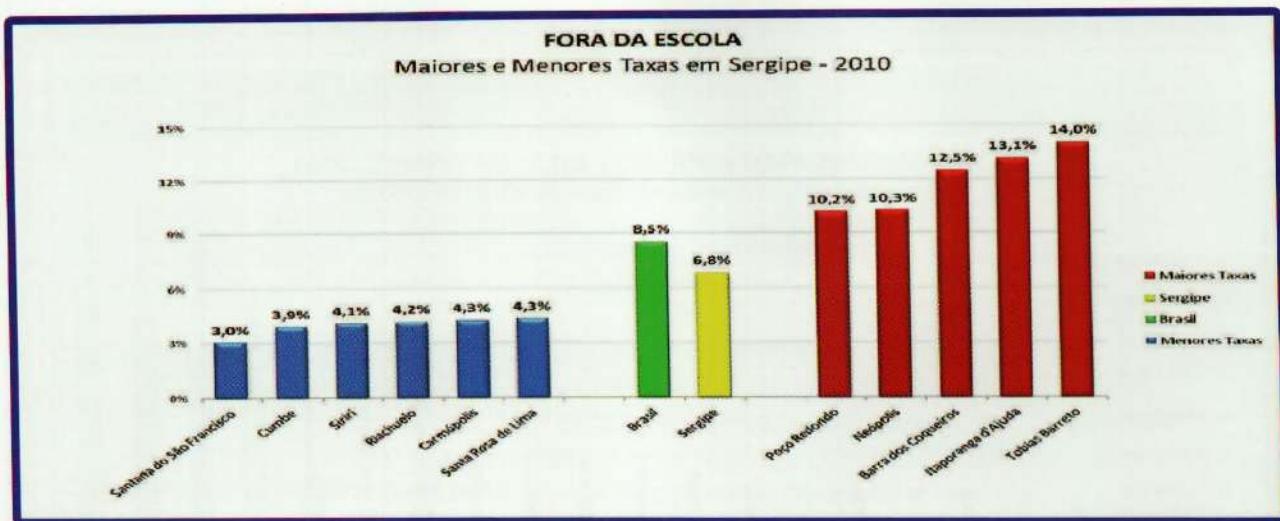
No Brasil é obrigatório matrículas nas escolas para a faixa etária de 4 a 17 anos, como prevê a Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009. Demonstra que uma parcela significante da população está sendo privada de um direito garantido pela constituição e do desenvolvimento das competências necessárias para a vida adulta.

Cálculo

Número de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos não frequentando escolas(pré-escolar e escola).

Fonte

IBGE- censo demográfico de 2010



Taxa de Mortalidade Infantil

Conceito

Número de óbitos de menores de um ano de idade, expresso por mil nascidos vivos, em determinado local e período.

Interpretação

Estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida.

Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. No entanto, mesmo quando as taxas de mortalidade infantil são baixas, encontram-se pronunciadas variações entre segmentos da população.

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas, o que varia com o tempo. A tendência de queda das taxas de mortalidade infantil exige a revisão periódica desses valores.

Usos

Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, ao parto e a saúde infantil.

Proceder análise comparada de situações de saúde, em diferentes tempos, lugares e condições socioeconômicas.

Fontes

Ministério da Saúde/CENEPI: SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos), IBGE - Censos Demográficos e PNAD

Taxas de Mortalidade Infantil - Maiores Taxas - 2014

Taxa de Incidência de Dengue

Conceito

Número de casos novos confirmados de dengue, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o país, considerando o caso clássico e febre hemorrágica da dengue (códigos A90-A91 da CID-10).

Interpretacão

Estima o risco de ocorrência de casos de dengue, em períodos endêmicos e epidêmicos, numa determinada população em intervalo de tempo determinado.

Está relacionada à picada do mosquito *Aedes aegypti* infectado com o vírus da dengue (grupo dos flavivírus), dos sorotípos 1, 2, 3 ou 4.

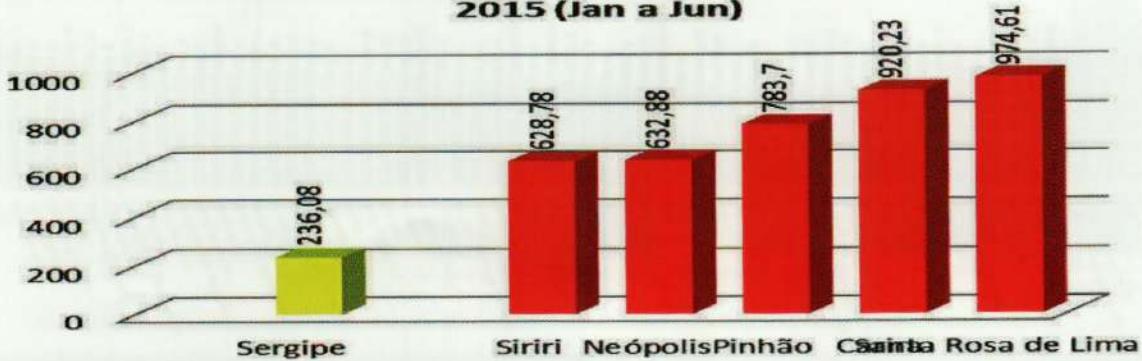
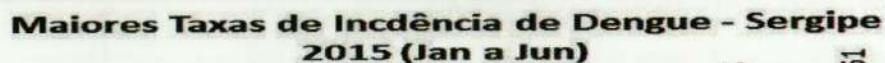
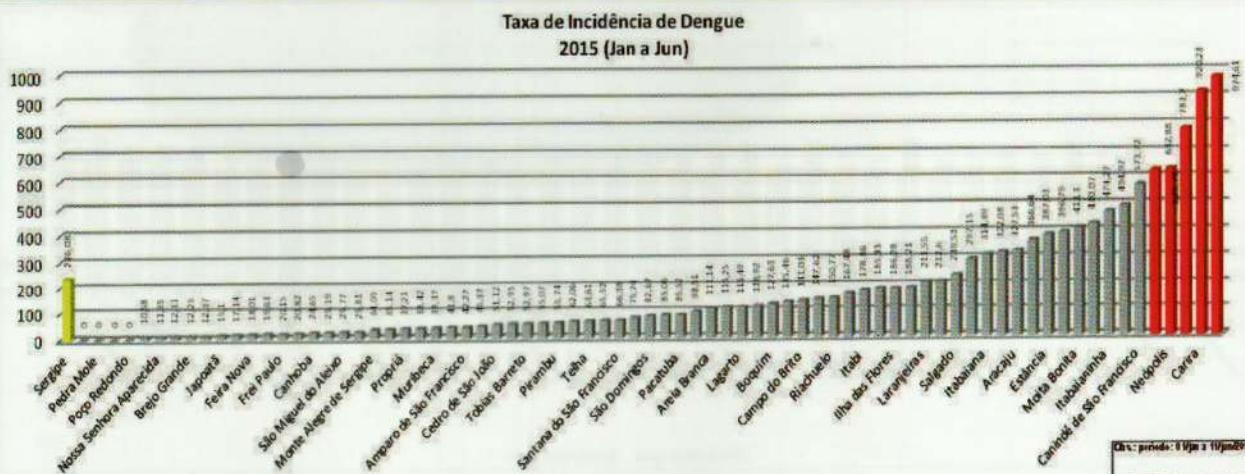
Estão associadas a condições socioambientais propícias à proliferação do *Aedes aegypti* e a insuficientes ações de controle vetorial.

11805

Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica e ambiental da doença. Contribui para a avaliação e orientação das medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Fonte

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica: boletins de notificação semanal e Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan (a partir de 1998) e base de dados demográficos fornecida pelo IBGE.



IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Conceito

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país:

Fluxo: representa a taxa de aprovacão dos alunos:

Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada.

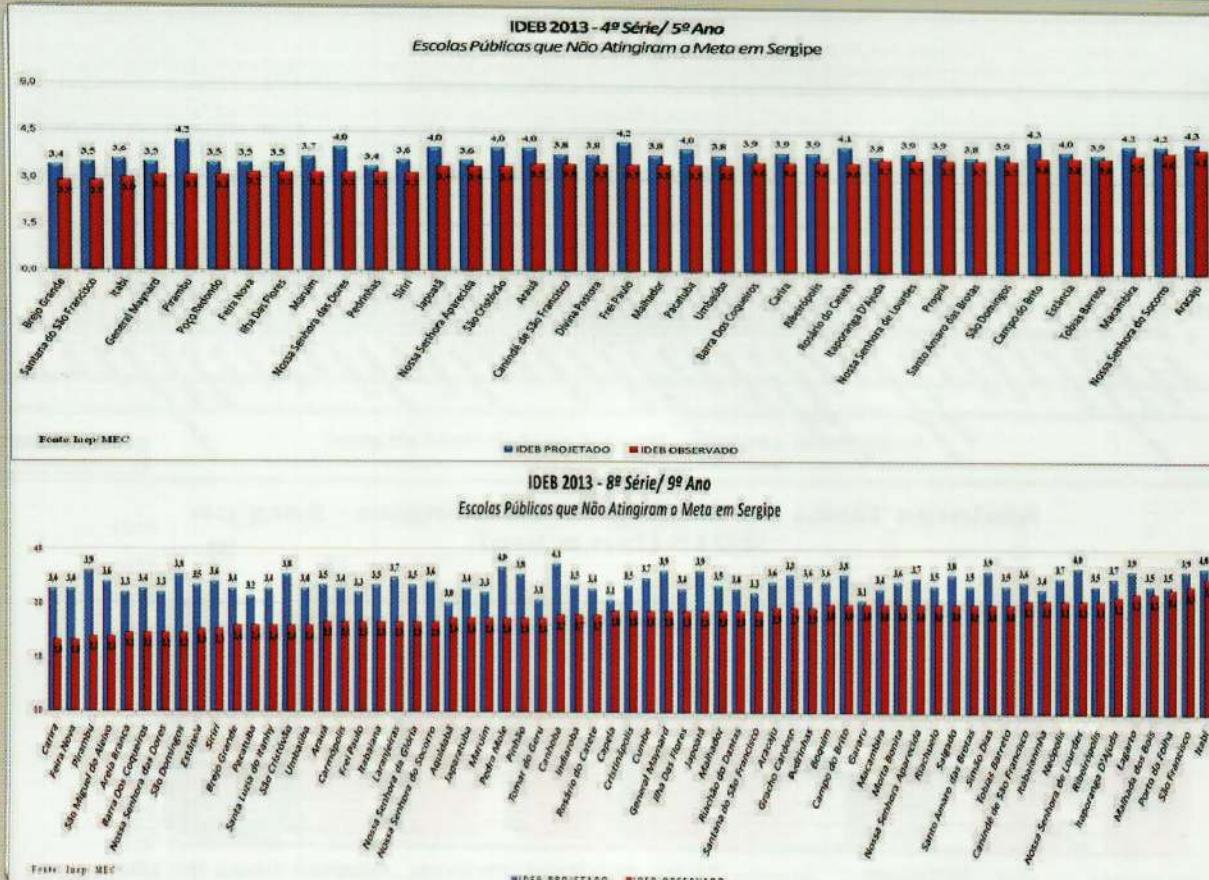
uso

O Ideb pode servir tanto como uma bússola para apontar necessidades e ajudar uma rede a desenvolver a sua qualidade no ensino, como para direcionar políticas de distribuição de recursos do Ministério da Educação (MEC) e nortear gestores educacionais sobre investimentos e ações. Ao olhar o Ideb, deve-se levar em conta cada indicador que o compõe analisando qual o impacto do aprendizado (em português e matemática) e o do fluxo (aprovação, reprovação e evasão) naquela nota.

Cálculo

O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar realizado todos os anos, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, a Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e a Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional) – avaliações aplicadas no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio.

Fonte: INEP/MEC



Coleta de Esgoto - Índice de atendimento Total

Cálculo e Interpretação

É o quociente entre as duas grandezas definidas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS - do Ministério das Cidades.

ES001 - População total atendida com esgotamento sanitário

Valor da soma das populações urbana e rural - sedes municipais e localidades - beneficiadas com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.

Corresponde à população que é efetivamente servida com os serviços.

G12a - População total residente do município com abastecimento de água, segundo o IBGE

Valor da soma das populações totais residentes (urbanas e rurais) dos municípios – sedes municipais e localidades – em que o prestador de serviços atua com serviços de abastecimento de água (aplica-se aos dados agregados da amostra de prestadores de serviços). Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços.

Fonte

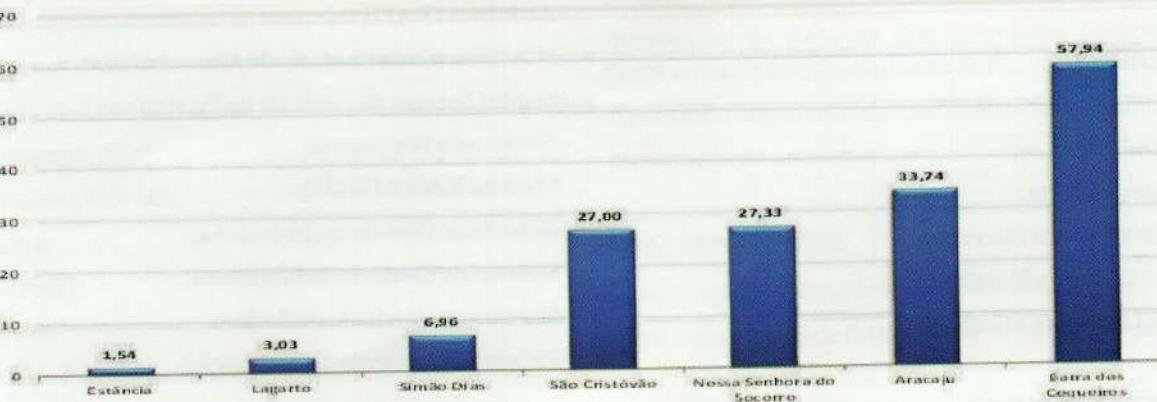
Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Ministério das Cidades

COLETA DE ESGOTO
Municípios Sem Coleta de Esgoto - 2012



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Ministério das Cidades

COLETA DE ESGOTO
Taxa da População Atendida - 2012



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Ministério das Cidades

JOSELUCI RAMOS PRUDENTE DIRETORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA



A Lei Complementar nº 237, de 28 de março de 2014, alterou o Organograma deste Tribunal criando a Diretoria de Modernização e Tecnologia. Esta mesma Lei, extinguiu a Coordenadoria de Informática, a qual passou a ser chamada de Coordenadoria de Modernização, Suporte, Infraestrutura, Sistemas e Métodos.

Esta Diretoria realiza através da sua Coordenadoria a constituição, operação e manutenção dos seguintes sistemas:

-PROCESSUAL

- SCPP – Sistema de Controle de Processos e Protocolos;
- Sistema de Arquivamento de Decisões;
- Sistema de Boletos e Multas (em fase de construção);
- Sistema de Assinatura Digital Interno;
- Sistema de Assinatura Digital Externo.

-TRANSPARÊNCIA

- RIC – Sistema de Rateio de ICMS;
- Certidão Online;
- Portal Transparência;
- Consulta de Processo Internet;
- Diário Oficial - Diário Eletrônico;
- Sistema de Licitações e Eventos.

-SISTEMAS DE TERCEIROS

- ADM-RH Gestão de Recursos Humanos;

- Sistema de Ponto Eletrônico;
- Sistema de Busca Processual;
- Portal do TCE;
- Sistema de Help Desk;
- DMP ACESSO - Ponto Eletrônico dos Servidores.

-INTERNET

- Portal da Intranet;
- Portal da Ecojan (Escola de Contas).
- Backoffice
- Perfil – Sistema de Controle de Usuários e Perfis;
- Sistema de Autenticação Global (em fase de construção);
- Sistema de Notificações Eletrônicas.

-BI (BUSINESS INTELLIGENCE)

- SISAP (Sistema de Auditoria Pública) BI;
- Minerador de Dados.

-AUDITORIA

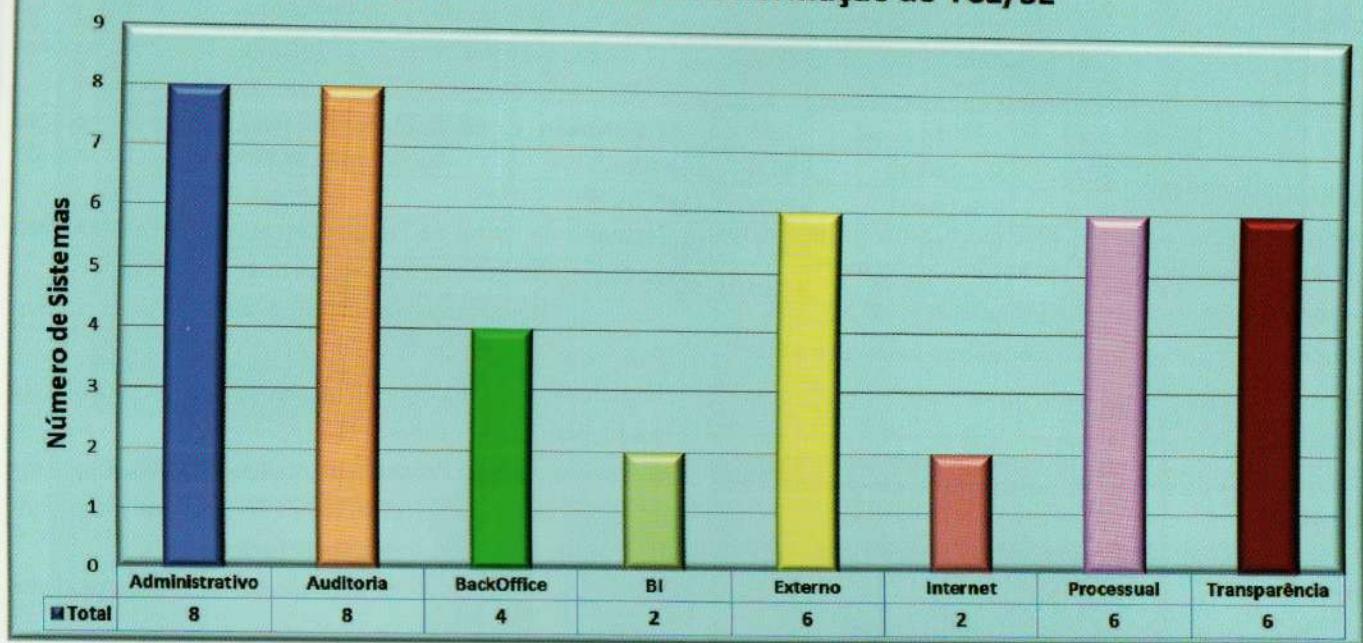
- SISAP Auditor;
- SISAP Carga;
- SISAP Coleta de dados;
- SISAP Receptor;
- Sistema de Carga de Notebook;
- Relatório de Apoio à Auditoria;
- SISAP Coleta Net;
- Sistema GeoObras (em construção).

-ADMINISTRATIVOS

- SCA (Sistema de Controle de Almoxarifado);
- Sispqr (Sistema de Controle de Patrimônio);
- Sistema de Transporte;
- Sistema Médico (SICM);
- Sistema de Comunicação Interna;
- Sistema de Controle de Biblioteca;
- Sistema de Matrícula da Ecojan;
- Sistema de Controle de Cerimonial.

Tais sistemas estão distribuídos da seguinte forma:

Grupos dos Sistemas de Informação do TCE/SE



E são suportados pela seguinte infraestrutura:

- 37 servidores, que hospedam os serviços de Banco de Dados, Domínio de Rede, DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol ou Protocolo de configuração dinâmica de ativos de rede), DNS (Domain Name System ou Sistema de Nomes de Domínios), Virtualização, Monitoramento, Antivírus, Aplicações WEB, Serviço de Impressão, etc.;
- 31 Swicthes distribuídos nos 5 blocos desta corte de contas que interligam a rede física;
- 35 AP's (Access Point ou Pontos de Acesso (rede sem fio)) que interligam os dispositivos moveis a rede física;
- Aplicações armazenadas em Storages (dispositivos projetados especificamente para armazenamento de dados) que totalizam 12 Terabytes de informações, com backups (cópia de dados) periódicos em fitas que ficam guardadas fora do Datacenter em um cofre próprio para armazenamento de tais ativos de TI (tecnologia da informação);
- Firewalls que realizam o monitoramento e o bloqueio de acessos indesejados advindos da internet;
- 992 Desktops;
- 1042 monitores;
- 190 Impressoras da casa;
- 90 impressoras locadas;
- 14 Scanners;
- 220 Notebooks;
- 19 Netbooks;
- 4 Relógios de Ponto dos Servidores;
- 3 Catracas de acesso;
- 8 Ultrabooks.

E teve como principais ações entre 2014 e 2015, distribuídas por área, da seguinte forma:

-ÁREA DE INFRAESTRUTURA

- Renovação da garantia de 46 equipamentos de rede (switches);
- Aquisição e implantação de 7 novos Switches;
- Projeto e Implantação da nova rede wifi do TCE, melhorando a velocidade, segurança e desempenho, implementando zona para visitante;
- Construção das novas instalações da Diretoria de Modernização e Tecnologia, Coordenadoria de Modernização, infraestrutura, Sistemas e Métodos e suas Assessorias;
- Projeto de especificação da sala cofre do novo centro de TI;
- Atualização da versão dos bancos de dados principais;
- Aquisição e implantação de ferramenta de monitoramento térmico do datacenter;
- Renovação da Garantia dos Servidores (máquinas onde ficam armazenados os dados do TCE);
- Troca das baterias dos nobreaks;
- Renovação do antivírus.

ÁREA DE HELP DESK

- Atualização do inventário de ativos de TI do TCE;
- Aquisição e início de distribuição de novos equipamentos:
 - 220 máquinas;
 - 220 monitores;
 - 8 scanners.

- Inventário e disponibilização de máquinas para leilão;
- Aquisição de ferramentas de trabalho;
- Atualização dos relógios de pontos dos funcionários.

ÁREA DE SISTEMAS

-Implantação do Processo Eletrônico para os processos referentes a atos de pessoal, permitindo, entre outros:

- Economia de insumos: papel, impressora, etc.;
- Maior transparência e celeridade ao processo de análise;
- Evitar o extravio de autos dos processos.

-Melhorias no Sistema SISAP:

-Pendências de ajustes de desenvolvimento praticamente "zeradas";

-Construção do coleta de dados do SISAP versão 2014 e 2015;

-Disponibilização de ferramentas de BI (Business Intelligence) e Minerador de Dados em parceria com a UFS (Universidade Federal de Sergipe);

- Planejamento do SISAP Coleta WEB;
- Construção e implantação do módulo GEO Obras também em parceria com a UFS.
- Construção e implantação da ferramenta de geração automática de relatório para auxílio na auditoria de prestação e contas;
- Melhoria do Portal da Transparência com novos módulos: saúde, pessoal, balancete e repasse financeiro;
- Retomada dos serviços de GED (digitalização de documentos);
- Implantação da ferramenta de gestão e publicação de resoluções;
- Reestruturação do Processo de Análise do ICMS (Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que proporcionou a redução de 90% do tempo de análise;
- Emissão dos boletos para pagamentos de Multas pelo site do TCE;
- Acesso parametrizado ao Portal da Transparência pelos Jurisdicionados (Caso Defensoria).

ELIZIÁRIO SILVEIRA SOBRAL DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



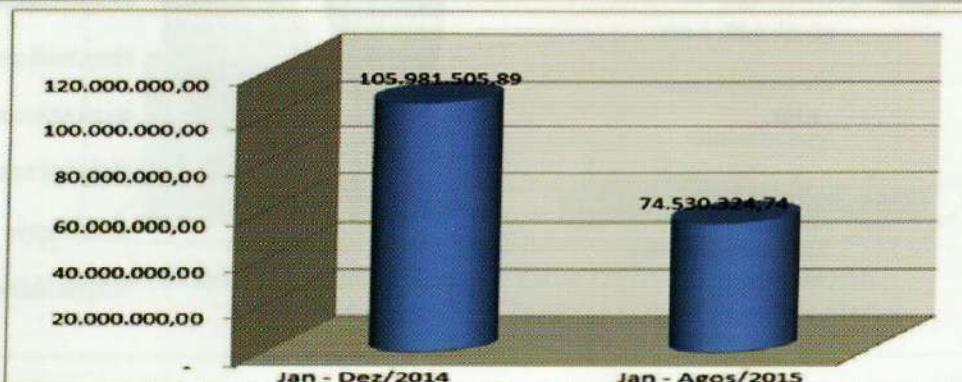
A Diretoria Administrativa e Financeira é órgão de direção, assessoramento, supervisão e coordenação das atividades de planejamento e administração do Tribunal de Contas.

A sua atuação se dá por meio das unidades a seguir relacionadas: Coordenadorias, de Contabilidade e Finanças, de Serviços Gerais, de Gestão de Pessoas, de Serviços Médico e Odontológico e, a Comissão Permanente de Licitação. Em tal mister, conta com proximidade da Coordenadoria de Controle Interno para promover o controle dos atos realizados na consecução das atividades da Corte de Contas.

No exercício das suas atribuições, a Diretoria Administrativa e Financeira busca gerenciar os recursos, bens e interesses da Corte de Contas, em estrita observância aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, consoante se verifica dos fatos e atos adiante destacados, por área de competência. Durante o período mencionado, devem ser destacadas algumas iniciativas que repercutem no fortalecimento da missão institucional da Corte de Contas, observando à economicidade e à eficiência: a) economia orçamentária de 14,60%, no Exercício 2014, em relação ao valor autorizado, tendo mantido a mesma proporção da execução orçamentária no Exercício 2015; b) renovação da frota de veículos; c) realização de concursos públicos para diversos cargos do quadro efetivo; d) nomeação de novos servidores para o quadro efetivo, em decorrência de aprovação em concurso público; e, e) apoio à política de qualificação do servidor.

Execução da Despesa 2014/2015 (até 30/08/2015)

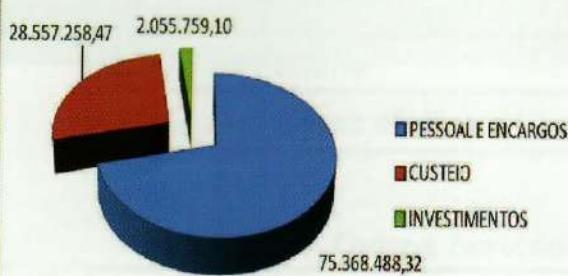
NATUREZA DA DESPESA	Jan-Dez/2014	%	Jan-Ago 2015	%
PESSOAL E ENCARGOS	75.368.488,32	71,11%	51.956.914,44	69,71%
CUSTEIO	28.557.258,47	26,95%	21.005.748,06	28,18%
INVESTIMENTOS	2.055.759,10	1,94%	1.567.662,24	2,10%
TOTAL	105.981.505,89	100,00%	74.530.324,74	100,00%



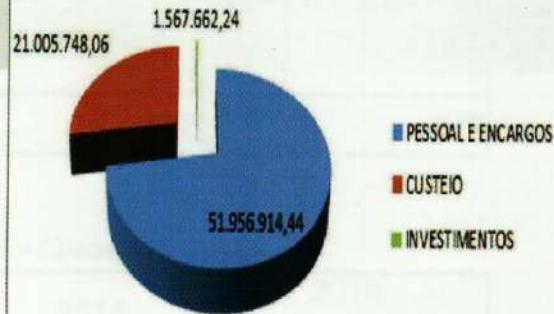
DAF

DESPESA REALIZADA POR NATUREZA

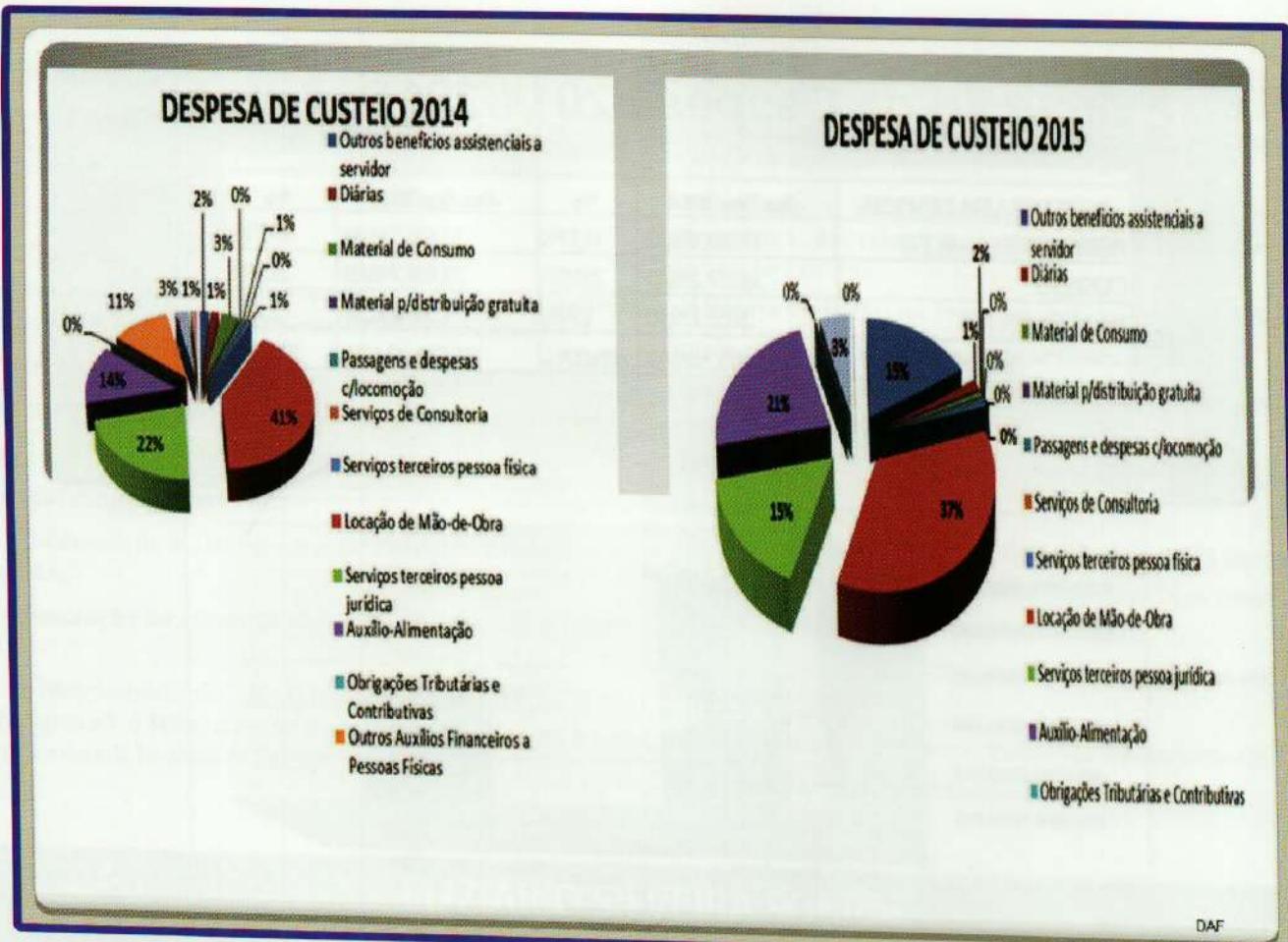
Jan-Dez/2014



Jan-Ago/2015



DAF



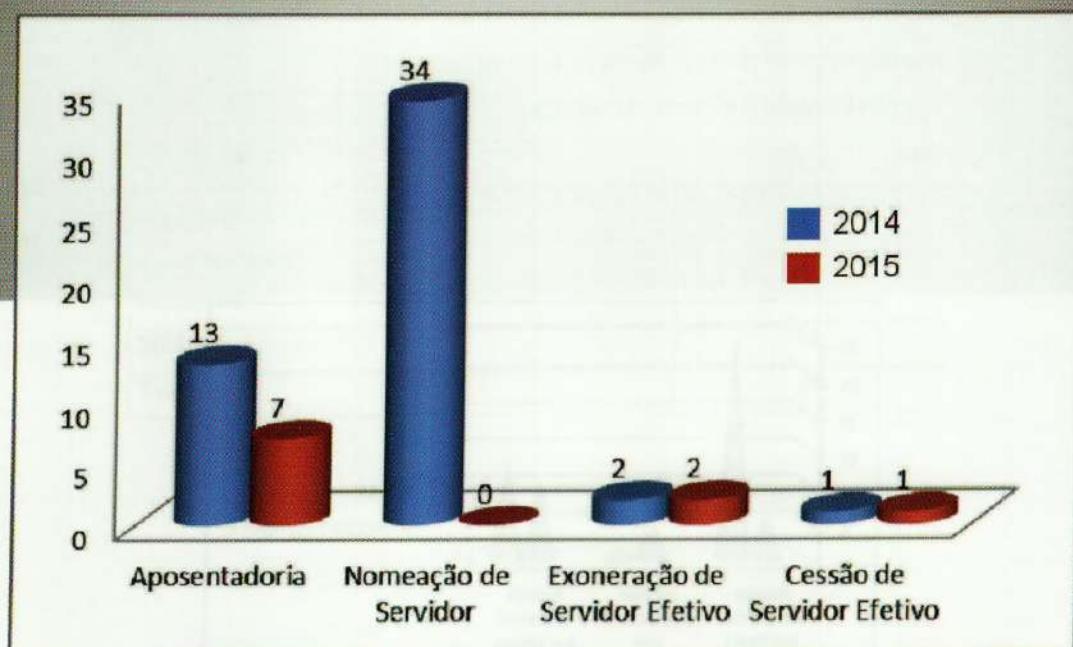
DAF

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

- Renovação da frota de veículos com a aquisição de 14 veículos (2014) e 8 veículos (2015)
- Alienação de 20 veículos em 2014 e 18 em 2015

DAF

Comparativo da movimentação de pessoal, entre o exercício de 2014 e os meses de janeiro a agosto de 2015



DAF

Servidores Efetivos - Quadro Geral

Especificações	2014	2015
		Janeiro/Agosto
Analista de Controle Externo II	89	88
Analista de Controle Externo I	65	64
Assistente de Serviços Administrativos	76	75
Motorista	11	11
Agente de Portaria	7	7
Total - servidores efetivos	248	245

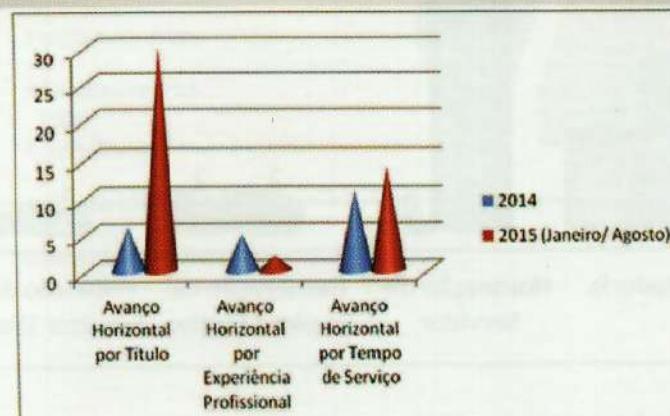
Outros Servidores - Quadro Geral

Especificações	2014	2015
		Janeiro/Agosto
Requisitados	71	65
Militares	21	21

DAF

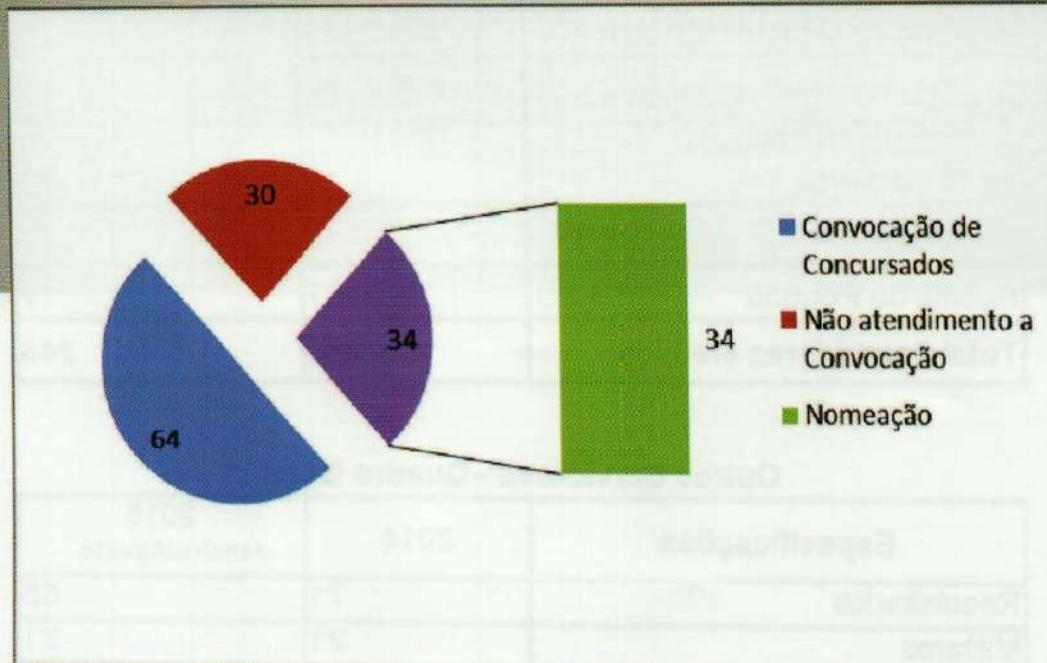
Avanço Horizontal – Servidores

Especificações	2014	2015 (Janeiro/ Agosto)
Avanço Horizontal por Título	06	30
Avanço Horizontal por Experiência Profissional	05	02
Avanço Horizontal por Tempo de Serviço	11	14
Total	22	46



DAF

Concurso nº 01/2011 (vigente até 31/01/2016)



DAF

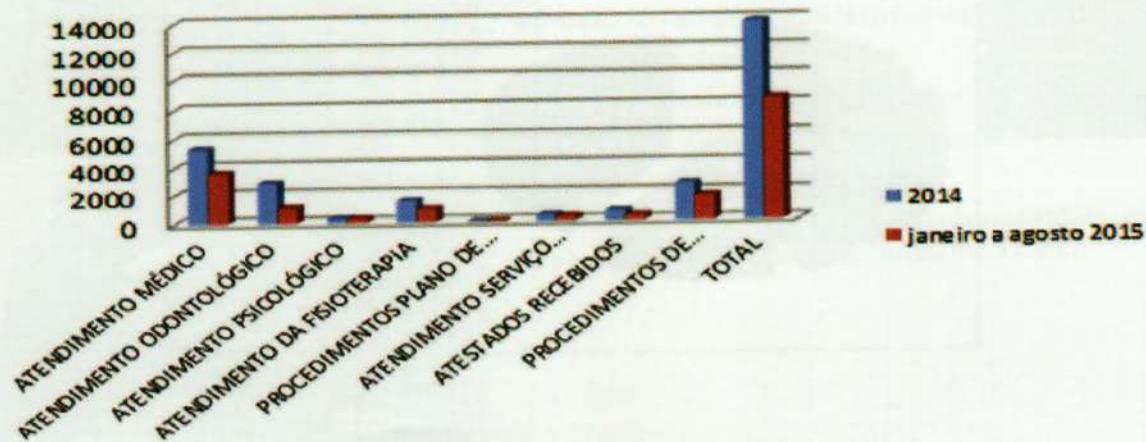
CONCURSO N° 01/2015 – Concluído

Cargos	Vagas
Analista de Tecnologia da Informação	15
Cirurgião-Dentista	06
Enfermeiro	03
Médico	04
Total	28

DAF

Serviços Médico e Odontológico a servidores

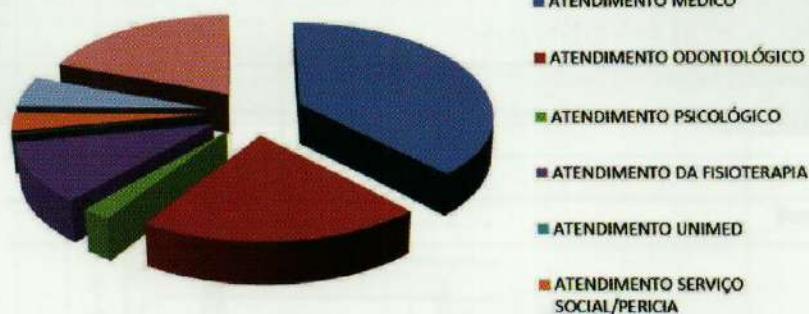
Serviços Médico e Odontológico a servidores



DAF

Serviços Médico e Odontológico a servidores

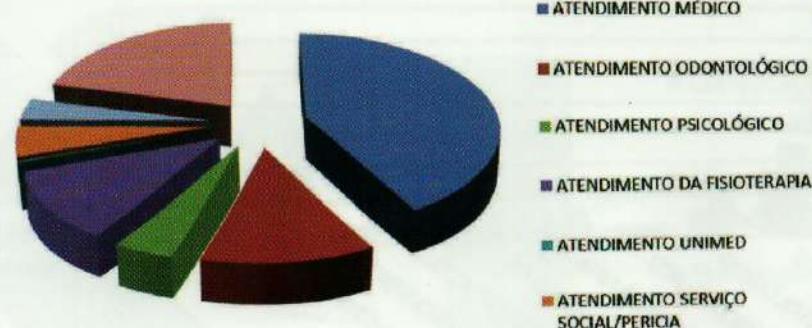
Jan-Dez/2014



DAF

Serviços Médico e Odontológico a servidores

Jan-Ago/2015



DAF

Comissão Permanente de Licitação

Foram realizados 50 procedimentos licitatórios no período de Janeiro/2014 a Agosto/2015, sendo 39 Pregões Presenciais e 11 Pregões Eletrônicos.

LICITAÇÕES REALIZADAS NO ANO 2014

MODALIDADES	QUANTIDADE	CONCLUÍDAS	DESERTAS	REVOGADAS	SUSPENSAS
PREGÃO PRESENCIAL	25	23	1	1	-
PREGÃO ELETRÔNICO	9	6	1	2	-
TOTAL	34	29	2	3	-

LICITAÇÕES REALIZADAS NO ANO 2015 (PERÍODO JANEIRO A AGOSTO/2015)

MODALIDADES	QUANTIDADE	CONCLUÍDAS	DESERTAS	REVOGADAS	SUSPENSAS
PREGÃO PRESENCIAL	14	13	-	1	-
PREGÃO ELETRÔNICO	2	2	-	-	-
TOTAL	16	15	-	1	-
TOTAL GERAL	50	44	2	4	-

DAF

PATRÍCIA VERÔNICA CARVALHO SOBRAL DE SOUZA DIRETORIA TÉCNICA



A Diretoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em observância ao estabelecimento no art. 17 da Lei Complementar nº 204, de 6 de julho de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 237, de 28 de março de 2014, é encarregada de planejar, promover, coordenar e executar as atividades jurídicas, de planejamento técnico operacional das atividades da Corte, é constituída pelos seguintes órgãos:

- I - Coordenadoria Jurídica;
- II - Assessoria de Planejamento e
- III - Assessoria de Apoio Processual.

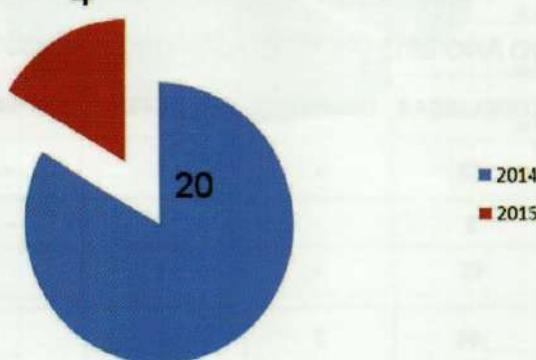
E apresenta de forma sintetizada as atividades concernentes ao exercício de 2014 e até agosto de 2015 a seguir:

Reuniões realizadas

Construção, através de reuniões com todas Coordenadorias de Controle e Inspeção, para criação da ferramenta de geração automática da primeira versão do RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INFORMATIZADO, aprovado pelos representantes das Coordenadorias, a ser implementado posteriormente pela Diretoria de Modernização e Tecnologia.

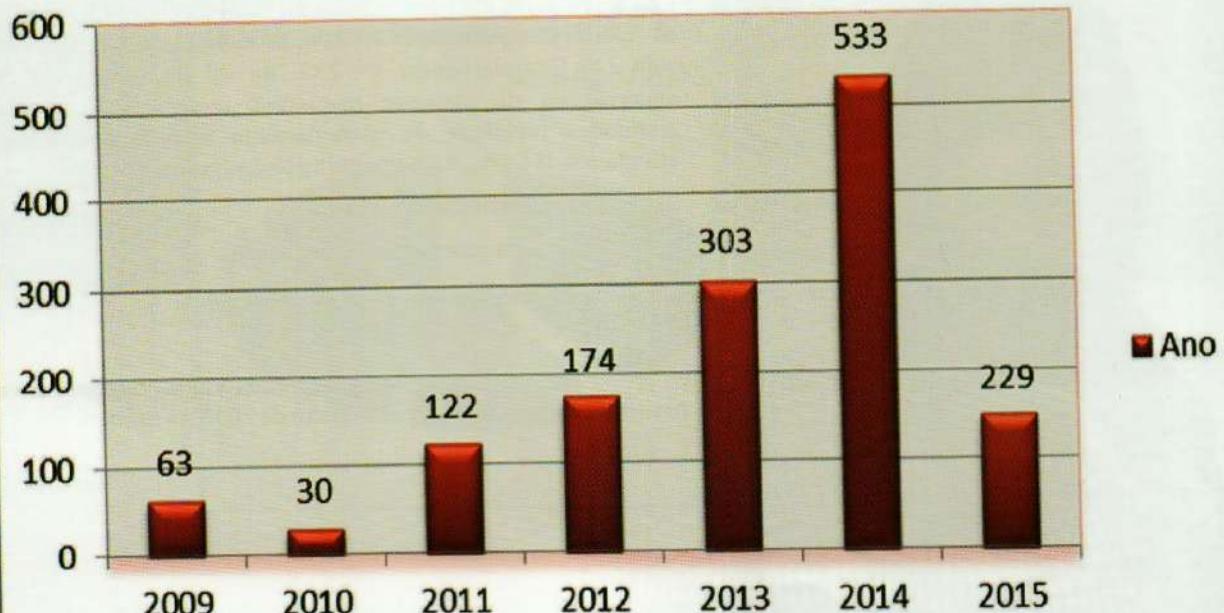
Realização de 20 reuniões no ano de 2014 e 04 reuniões no primeiro semestre de 2015, da Diretoria Técnica com as Coordenadorias de Controle e Inspeção, que resultaram em um aumento de aproximadamente 80% nos julgamentos das prestações de contas anuais.

REUNIÕES REALIZADAS PELA DITEC



DITEC

Total de Contas Julgadas 2009 a agosto 2015



■ Ano

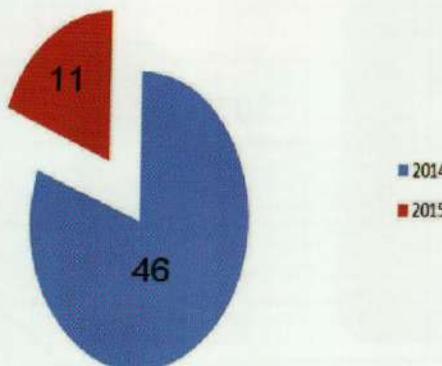
Fonte: SCPP

DITEC

Expedição de Certidões solicitadas pelas Unidades Jurisdicionadas

- Emissão de 46 (quarenta e seis) Certidões no ano de 2014 e 11 Certidões no primeiro semestre de 2015;

CERTIDÕES EXPEDIDAS

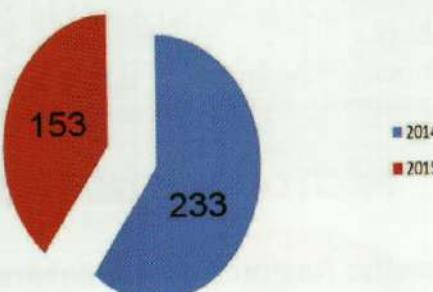


DITEC

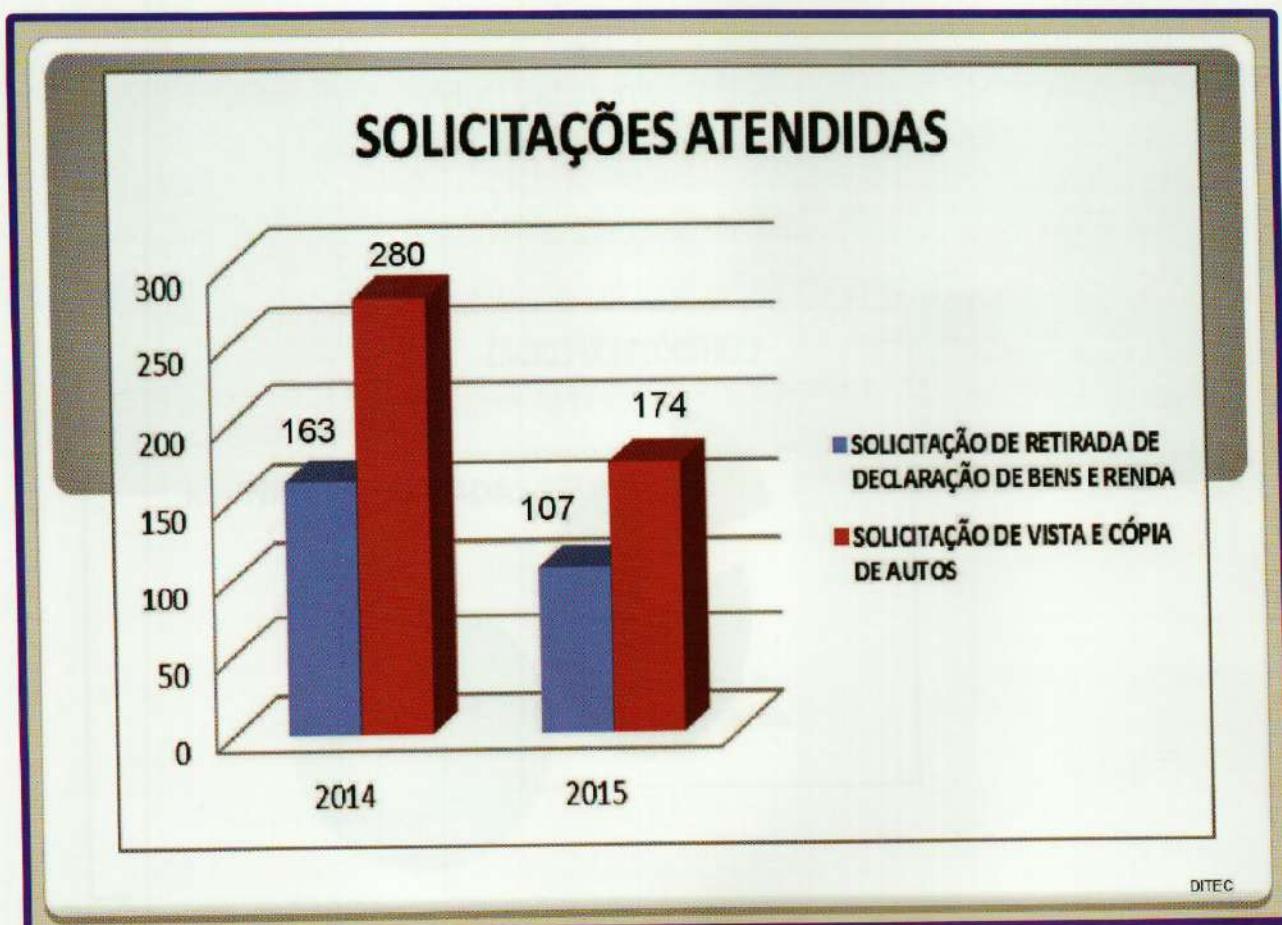
Programação de Inspeções Técnicas às Unidades Jurisdicionadas

- Programação de 233 (duzentas e trinta e três) inspeções no ano de 2014 e 153 inspeções no primeiro semestre de 2015;

PROGRAMAÇÃO DE INSPEÇÕES



DITEC



OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- TCE-Se e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (CREA-Se)**

Objetivo – Troca de informações sobre obras e serviços públicos executados no estado de SE.

- TCE-Se e TCE-AI**

Objetivo – Promover intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a área de administração geral, atividades fins e meio.

PROTÓCOLO DE INTENÇÕES

- TCE-Se e Conselho Regional de Administração de Se**

Objetivo - Estabelecer compromisso, visando a celebração de Termo de Cooperação com o objetivo de realização de medidas de ações e medidas de fiscalização.

TRIBUNAIS DE CONTAS DE SERGIPE E ALAGOAS FAZEM PARCERIA PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DOS MUNICÍPIOS DOS DOIS ESTADOS

Em investimento constante na busca por melhorias no serviço público e colocando em prática o seu papel de orientador, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) promove, através da sua Escola de Contas (ECOJAN), diversos cursos e capacitações direcionados aos servidores da Casa e dos órgãos jurisdicionados. De forma inovadora, o TCE de Sergipe idealizou junto ao TCE de Alagoas um projeto que busca ir além da atualização e capacitação de colaboradores: os "Seminários Interestaduais dos Tribunais de Contas de Alagoas e Sergipe", que têm o intuito de estreitar ainda mais os laços entre os dois Estados nordestinos.



Os seminários aconteceram em dois momentos diferentes: nos dias 26 e 27 de fevereiro e em 18 e 19 de julho. Na primeira ocasião, os Tribunais levaram o evento aos municípios de Neópolis (SE) e Penedo (AL), cidades irmãs separadas apenas pelo Rio São Francisco. Na segunda fase do seminário, as palestras foram levadas até Canindé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL), reafirmando a importância de selecionar municípios que compartilhem de questões parecidas e que tenham proximidade geográfica. Esse clima de fraternidade foi justamente o que prevaleceu entre palestrantes e público dos seminários, tornando o ambiente mais propício à troca de conhecimentos.

Para o presidente do TCE/SE, Carlos Pinna de Assis, esta é uma iniciativa bem sucedida entre os dois Tribunais.

"Os problemas não são apenas de um Estado ou de um órgão. Geralmente se estendem para além dos órgãos e

dos Estados. Foi por este motivo que o Estado de Alagoas, através do seu Tribunal de Contas, aceitou o nosso convite para participar deste seminário interestadual, que é um sucesso. Em duas edições, já reunimos mais de 70 municípios de dois Estados e com esses debates e discussões tentamos alavancar a solução dos nossos problemas".



PRIMEIRA FASE DOS SEMINÁRIOS

O primeiro município a receber o seminário foi Neópolis, em 26 de fevereiro, no auditório do Centro Estadual Profissional Agonauto Pacheco da Silva. Contou com palestras de José Fernandes de Lima, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Basile George Campos Christopoulos, assessor da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas (PGE/AL); e Vagner Paes Cavalcanti Filho, professor de Direito Administrativo da Faculdade Maurício de Nassau (AL).

Lima apresentou a palestra sobre "Educação Municipal de Qualidade" e em seguida Vagner Cavalcanti Filho explanou sobre "Aspectos Práticos da Lei 8.666/93", sobre licitações e contratos na administração pública. Por fim, Christopoulos abordou a temática "Desmistificação da Lei de Responsabilidade Fiscal".

O Conselheiro Carlos Alberto Sobral, Diretor da Escola de Contas do TCE/SE, enalteceu o êxito do evento e também destacou sua relevância. "Aqui se aprende mais sobre cidadania, que é um conjunto de direitos que dão ao cidadão instrumentos para que possa fiscalizar a administração pública e seus possíveis equívocos", colocou.

Penedo foi o segundo município visitado pelos palestrantes, no dia 27 de fevereiro. O público-alvo foi composto por 17 municípios alagoanos. No decorrer do evento, foram ministradas palestras com as mesmas temáticas trabalhadas na cidade visitada anteriormente, tendo como facilitadores servidores do quadro do TCE/SE: Fábio José da Silva, especialista em Perícia Contábil em Auditoria; Fernando Marcelino Monteiro, mestre em Sociologia e especialista em Análise Econômica; Marcos Souza Ferreira, especialista em Auditoria Governamental; e Marilene Souza Alves, especialista em Gestão e Políticas Públicas.

O anfitrião desta edição dos seminários, Március Beltrão, prefeito de Penedo, afirmou no dia do evento que aquela era uma grande contribuição dos Tribunais para a sociedade: "É um momento de satisfação para nós recebermos este evento, que contribui para que os gestores tenham um controle rigoroso sobre a administração pública", disse.

SEGUNDO MOMENTO

Na segunda fase do projeto, os Tribunais levaram seus palestrantes às cidades de Canindé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL), nos dias 16 e 17 de julho, respectivamente. A proximidade entre as cidades e suas afinidades mais uma vez foram determinante para o sucesso do evento. Os participantes saíram das palestras satisfeitos e repletos de conhecimento.

Em Canindé, mais de 100 servidores públicos de 15 municípios sergipanos foram contemplados pelas duas palestras que integraram o conteúdo programático no auditório do Hotel Águas do Velho Chico. Primeiro, o conselheiro substituto do TCE/AL, Alberto Pires, falou sobre "O Tribunal de Contas Como Instrumento de Cidadania"; em seguida, a gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae/AL, Maria Izabel Vasconcelos, trabalhou "A Importância do Estímulo aos Pequenos Negócios Como Forma de Promover o Desenvolvimento do Município".

Presente ao evento, o Conselheiro do TCE/AL, Fernando Toledo, avaliou positivamente a iniciativa do encontro e estreitamento de laços entre os Tribunais. "É sempre muito enriquecedor vermos este tipo de iniciativa. Nós às vezes nos enclausuramos nas nossas tarefas e esquecemos de socializar aquilo que sabemos e conhecer a experiência de outros Tribunais de Contas".



Encerrando o evento, os Tribunais de Sergipe e Alagoas ofereceram ao público de Piranhas e municípios vizinhos palestras semelhantes às que foram apresentadas em Canindé. Inicialmente, a Diretora Técnica do TCE/SE, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, tratou do "Tribunal de Contas como Instrumento da Cidadania", enquanto o Analista Técnico do Sebrae/SE, José Américo dos Santos, falou sobre "O Estímulo aos Pequenos Negócios Como Forma de Promover o Desenvolvimento dos Municípios".

Para o Presidente do TCE/AL, Conselheiro Otávio Lessa, essa parceria entre os Tribunais é primordial para que se aponte o caminho certo. "Cada um, dentro de suas possibilidades, tem toda a fortaleza para munir os gestores públicos da oportunidade de possuírem técnicos qualificados e totalmente aplicados para que possam cumprir a legislação e o Tribunal fará o papel que a Constituição determina com maior praticidade. A perspectiva é de que essa nossa parceria aumente e é por isso que vamos difundi-la através do Nordeste inteiro e, posteriormente, poderemos ser multiplicadores, levando essa proposta a todo o Brasil", concluiu o Conselheiro. ■

